



Diário da Sessão n.º 050 de 11/06/02

Presidente: Passamos ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos que se refere à **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas no âmbito da protecção e salvaguarda de zona das Furnas do Enxofre, na Ilha Terceira”**.

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A zona das Furnas do Enxofre, na Ilha Terceira, é o único campo de fumarolas integrado na Rede Natura 2000, como referiu o Professor Eduardo Dias, em reunião da Comissão.

Também referiu a importância da preservação daquele espaço manifestando a sua preocupação no livre acesso de pessoas e animais ao local.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou esta Proposta de Resolução com as mesmas preocupações.

Como referem os considerandos desta proposta, esta zona foi privilegiada pela natureza. É uma zona única pela beleza e pelas plantas que lá existem com características únicas.

Por isso é necessário que seja vedado o acesso ao gado. É necessário que se crie um acesso pedonal restrito que impeça a destruição do património natural que a zona possui.

É necessário que se proceda a um estudo científico que permita conhecer o património natural envolvente às Furnas, bem como as formas mais adequadas à sua protecção, divulgação e vigilância.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas ou três notas em relação a esta Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a adopção de medidas no âmbito da protecção e salvaguarda da zona das Furnas do Enxofre, na Ilha Terceira”.

Esta zona natural e interior da Ilha Terceira, é um espaço público de interesse natural, geológico e botânico. A responsabilidade e o cuidado deste espaço pertence ao Governo Regional, no âmbito do ambiente.

Como foi dito, é um sítio integrado na Rede Natura 2000.

Contudo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu promover esta iniciativa. Ela tem validade política na medida em que esta zona carece de uma adequada atenção por parte das entidades políticas governamentais.

Importa manter a integridade, não só da sua componente geológica, como também da sua componente vegetal e botânica.

É sabido que do ponto de vista geológico há a emanção de fumarolas, com todo o interesse do ponto de vista científico. No âmbito vegetal há musgos que são muito peculiares desta zona e que não se encontram noutras zonas da Região.

Manter um sistema de maior restrição na circulação de gado e das pessoas, sem pôr em causa a visita dos interessados; promover uma vigilância deste espaço; permitir o estudo do ponto de vista geológico e botânico e divulgar com documentação preparada e apropriada cientificamente, é algo que nos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

parece importante para poder conciliar a preservação geológica, botânica e o interesse turístico.

Daí o nosso voto favorável a esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que essa proposta teve origem no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque temos a garantia de que não surgirá nenhuma tese a defender que se tratam de obrigações normais decorrentes da acção do Governo e como tal é escusado a Assembleia Regional “chover sobre o molhado”.

Portanto, temos a garantia de que desta vez essas teses não surgirão e não temos qualquer dúvida em associarmo-nos ao mérito do Parlamento, através desta forma, vir junto do Governo chamar a atenção para a necessidade de se agir numa área, num sector e num caso em que, até agora, não tem havido nenhuma intervenção como se justificava.

O Sr. Deputado Bento Barcelos já referiu, um dos proponentes, Deputado Paulo Messias, já sintetizou os pontos que aqui são focados, permitam-me apenas realçar um aspecto que sob o nosso ponto de vista não é contraditório, embora não conste da letra da Resolução, mas parece-me que está no espírito que é o de valorizar aquele espaço que está integrado, como foi bem referido e consta do relatório, num conjunto que há que valorizar.

Sob esse ponto de vista, o acesso actual à zona das Furnas é inadequado e eu diria que não contribui para a boa imagem da Região, da ilha e inclusivamente para criar as condições para que quem lá se desloque para



ver o fenómeno em si, não se arrependa pelo percurso que tem que fazer daquelas poucas centenas de metros.

São sobretudo os agentes turísticos que sistematicamente vêm a público apelar a uma intervenção de quem de direito para tornar a estrada transitável.

Sr. Presidente, sob o ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Popular, não há contradição entre a necessidade de disciplinar aquela zona – julgo que é disso que se trata – protegendo o que de essencial a natureza nos deu, valorizando aquele produto na oferta turística da ilha que, como sabemos, até nem é muito rica nesse aspecto, associando o Algar do Carvão e aquilo que há de belo na redondeza.

Nós entendemos que aquele sítio deve ser aberto à população e aos visitantes, mas deve ser condicionado.

Cabe à Administração Regional criar as condições para que a observação seja feita sem penalização da natureza.

Sob o nosso ponto de vista a Administração devia pensar também num acesso condigno àquele local.

Há inclusivamente uma sugestão que consta do relatório e que foi apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em que lembra a existência de um protocolo com os Montanheiros que envolve a Gruta de Natal e o Algar do Carvão.

Segundo o Sr. Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo testemunhou, esse protocolo tem sido executado de forma muito satisfatória.

Portanto, a proposta que possa vir a existir em relação às Furnas do Enxofre, se for esse o entendimento do Governo Regional, um entendimento com os Montanheiros, pode ser uma boa parceria para se vir a requalificar toda aquela zona das Furnas do Enxofre.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, o Prof. Eduardo Dias e o Eng^o Paulo Barcelos, em nome dos Montanheiros, foram muito pragmáticos, quando no ponto 1 da Resolução referem que se proceda a um estudo científico. Independentemente de tudo o que seja feito nesse domínio, obviamente são sempre úteis as informações prestadas por aqueles dois técnicos da área do ambiente e da ciência, que foram no sentido de que existem já trabalhos e levantamentos que possibilitam uma acção imediata por parte do Governo Regional, sem prejuízo de aprofundamentos considerados necessários.

Para terminar, Sr. Presidente, à primeira vista quando se avança numa Resolução que se proceda a um estudo científico que permita qualquer coisa, pode ficar um pouco a ideia de que se está a fazer um alerta para o Governo começar o estudo e os próximos governos regionais eventualmente poderem vir a intervir.

Do nosso ponto de vista o que se recomenda nos pontos 2 e 3 da Proposta, é de que não há nenhuma incompatibilidade entre a necessidade de algum aprofundamento de estudo, se for o caso, e a acção imediata que se requer.

Por esse conjunto de razões, Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Popular vai dar o seu voto favorável à presente Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde logo, eu gostaria de dizer que esta Proposta de Resolução que nos foi apresentada tem o melhor acolhimento por parte do Governo Regional. Aliás, temos vindo a conversar sobre estas questões e temáticas e temos vindo a dar prioridade a alguns planos e a algumas intervenções em áreas protegidas que, na generalidade, têm ao longo de muitos anos uma situação de quase abandono, numa estratégia de desenvolvimento integrado e



sustentável e numa estratégia de preservação do ambiente, no sentido da potenciação nesta perspectiva ambiental, daquilo que são interesses económicos e particularmente interesses turísticos.

Muito particularmente gostaria de dizer, na sequência da intervenção que foi feita recentemente pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que a Secretaria Regional do Ambiente mantém cooperação com os Montanheiros, designadamente naquilo que tem a ver com o Algar do Carvão.

Foram estabelecidos contactos com os Montanheiros relativamente à Furna do Enxofre. Não existe nenhum protocolo estabelecido com os Montanheiros para a Furna do Enxofre, mas foi feito um contacto a 2 de Abril último onde fomos informados, através do Dr. Paulo Barcelos, de que os Montanheiros não tinham condições para cooperar connosco nesta área e neste domínio da gestão que pretendemos implementar para a Furna do Enxofre. Realço isto pela positiva.

De qualquer forma a nossa disponibilidade é total para colaborar, dando prioridade sempre aos Montanheiros pela experiência que têm de algumas décadas, pelo bom conhecimento que têm destas cavidades vulcânicas e também pelo bom conhecimento que mantêm de todas as envolventes paisagísticas e florísticas que já aqui foram referidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que o essencial está dito, mas queria marcar a posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria com três breves notas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A primeira é uma nota parlamentar. Tal como o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro referiu é, importante registar-se que o Grupo Parlamentar da maioria, através dos seus Deputados da Ilha Terceira, entenderam que esta matéria merecia uma consideração da Assembleia Legislativa Regional no sentido de recomendar ao Governo um determinado conjunto de procedimentos.

Muitas vezes outros grupos parlamentares têm esse tipo de entendimento relativamente a outras matérias ou até mesmo matérias similares a esta. Penso que esta atitude do grupo parlamentar da maioria deve ser retida como uma atitude positiva, mas muito mais do que isso, o comportamento da maioria e do Governo face a esta recomendação pode e deve ser muitas vezes aplicado a outras recomendações com outras origens, sem critérios demasiado partidarizados.

A segunda nota tem a ver com a forma como a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tratou este assunto. Gostava de dizer que tratou muito bem. Tratou, como tem sido norma desta Comissão, com o carácter exaustivo que era possível, incluindo uma visita, audições – e devo dizer que participei nessa audição – aos Montanheiros e Prof. Eduardo Dias, que foi excepcionalmente rica em termos de informação e de troca de opiniões.

Penso que não só os deputados participantes, como a própria Comissão, como a Assembleia Legislativa Regional, saíram valorizados do trabalho que fizeram para aprofundar rigorosamente esta questão, incluindo a visita. Uma última nota diz respeito à consequência que a Resolução poderá vir a ter.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Aí, as palavras do Sr. Secretário Regional são encorajadoras, na medida em que aceita claramente aquilo que é recomendado, mas introduz esta nota apenas para frisar um aspecto.

Tenho ideia que não serei abusivo ao dizer que todos os deputados que visitaram aquele local, devidamente acompanhados, ficaram com a noção exacta que das duas uma, ou há medidas a muito breve trecho e aquele local pode ser visitado e preservado, ou essas medidas demoram e muito do que ali está pode desaparecer ou ser irremediavelmente deteriorado.

Esta nota penso que exige uma actuação urgente da parte do Governo.

A par destas três notas uma outra reflexão que queria deixar.

É público que neste momento está a ser feito, na Secretaria Regional do Ambiente, o estudo de impacto ambiental do projecto geotérmico da Ilha Terceira.

Eu não conheço pormenores do projecto, mas sabe-se que uma das zonas que está a ser estudada é exactamente aquela grande cratera onde esta situação e outras existem.

Penso que deve estar presente nos responsáveis as consequências directas e indirectas, para além do aspecto iminentemente ambiental de qualquer intervenção deste outro tipo em zonas semelhantes a esta e muito ricas nestas situações características e valiosas.

Deixava este alerta para que o assunto fosse devidamente considerado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.